

# **COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**

## **PROJETO DE LEI Nº 1.814, DE 1999**

Acrescenta § 7º ao art. 4º da Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993, que “Dispõe sobre os Incentivos Fiscais para Capacitação Tecnológica da Indústria e da Agropecuária e dá outras providências”, para ampliar a dedução do Imposto de Renda devido quando as atividades forme realizadas nas regiões Norte e Nordeste, e dá outras providências..

**Autor:** Deputado Nilson Pinto

**Relator:** Deputado Alberto Goldman

### **I - RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 1.814, de 1999, pretende alterar a Lei nº 8.661, de 1993, que estabeleceu incentivos fiscais para as empresas que desenvolvem pesquisa e desenvolvimento, nos setores industrial e agropecuário, de forma a estimular a contratação por essas empresas de instituições de pesquisa sediadas nas regiões Norte e Nordeste.

Alega o ilustre autor da matéria que a legislação atual contribui para o acirramento das desigualdades regionais no setor de ciência e tecnologia, na medida em que não cria um diferencial para as atividades de pesquisa e desenvolvimento realizadas nas regiões que, historicamente, vem sendo discriminadas no processo de financiamento governamental do setor.

Cabe à Comissão de Ciência e Tecnologia posicionar-se sobre o mérito da matéria, à qual não foram apresentadas emendas durante o prazo regimental. A proposição será também apreciada, quanto à adequação financeira e orçamentária, pela Comissão de Finanças e Tributação e, quanto à

constitucionalidade e juridicidade, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

A Lei nº 8.661, de 1993, estabeleceu um conjunto de incentivos fiscais para as empresas que desenvolvem no País atividades de pesquisa e desenvolvimento. Um dos principais incentivos da referida legislação permitia, de início, que as empresas beneficiadas deduzissem os gastos em P&D até o limite de 8% do imposto de renda devido. Em final de 1997, a Lei nº 9.532 reduziu esse limite para 4% do imposto devido, tornando o incentivo menos atraente para as empresas interessadas.

A proposta que ora examinamos objetiva aumentar para 20% o limite de dedução dos dispêndios em P&D, com o intuito de atrair recursos das empresas incentivadas na forma de contratos realizados com instituições sediadas no Norte e Nordeste.

Embora concordemos em tese com a necessidade de descentralizar as aplicações do setor de ciência e tecnologia, drasticamente concentradas nas regiões Sul e Sudeste, não consideramos que a iniciativa de estabelecer um incentivo de maior monta seja a melhor solução para a correção das distorções apontadas.

Ademais, após a apresentação do projeto de lei pelo Deputado Nilson Pinto, foram estabelecidos vários fundos no setor de ciência e tecnologia, cujos recursos, por determinação legal, deverão ser aplicados no montante mínimo de 30% nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Se a parcela definida dos fundos setoriais for efetivamente aplicada nas instituições localizadas nas citadas regiões, serão canalizados, anualmente, para esse esforço cerca de 300 milhões de reais. Como resultado, é de se esperar um significativo aumento da capacidade instalada e do número de pessoas

qualificadas envolvidas com atividade de pesquisa e desenvolvimento no Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País.

Dessa forma, consideramos que a preocupação externada pelo autor da matéria, por ocasião de sua apresentação, já não se justifica frente à aprovação desses novos mecanismos de financiamento para a área de ciência e tecnologia, que ,com certeza serão fundamentais para corrigir as desigualdades regionais.

Por essa razão, votamos pela rejeição do Projeto de Lei nº 1.814, de 1999.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2002 .

Deputado Alberto Goldman  
Relator